



OFICINA “DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”: QUANDO A ÉTICA CONFRONTA A REALIDADE SOCIAL

Maikon Bueno¹

Realizada durante meu Estágio Curricular Obrigatório III, no colégio Professor Mantovani e como residente pedagógico no colégio Haidée Tedesco Reali em abril e em maio de 2019, respectivamente, abarcou cerca de 100 alunos do ensino médio da rede pública estadual, ao qual, proporcionou um exercício de olhar sociológico através de um tribunal de acusação e defesa. A oficina inicia-se apresentando três personagens (A, B e C) com suas acusações de crimes, sem descrições físicas, de gênero, idade, etc, apenas as acusações de cada crime, a partir disto os alunos eram divididos conforme o desejo de defender um dos acusados, formando, portanto, 3 grandes grupos, dentro de cada grupo era escolhido 4 representantes, sendo 2 que defenderam o personagem das acusações, 2 que acusaram diretamente o outro personagem de suas acusações referidas e os demais alunos no grupo ficaram responsáveis de elaborar cartazes, panfletos, qualquer tipo de material visual midiático que teria por objetivo fomentar a acusação ao terceiro personagem de suas acusações. Após elaborem a instrução probatória, inicia-se o julgamento, os professores que ministram aulas nas turmas foram o júri e há o Juiz idealizado por minha pessoa que conduz toda a movimentação da oficina. Cada grupo possuiu 10 minutos para apresentar a defesa de seu personagem frente a acusação que também possuiu o tempo de 10 minutos, as produções midiáticas foram expostas nas paredes do tribunal e pela plateia. Após a explanação das acusações e defesa, o júri se reúne com o Juiz para juntos determinar a sentença de cada acusado, porém a decisão já era premeditada, sendo foram todos culpados, a diferença apenas no cumprimento da sentença. Antes de ser dada a sentença, o Juiz solicita a entrada do personagem A, sendo este representado por um homem adulto, que ao ouvir sua sentença de regime aberto, relata sua personificação de Marcelo Mello (primeiro condenado na história do Brasil por racismo na internet, coação, divulgação de imagens de pedofilia na internet, etc.), após o personagem B entra no tribunal ouve sua sentença de regime fechado por 30 anos, e relata sua personificação de uma mulher jovem que matou o marido por sofrer desde sua adolescência, violência física, sexual, moral e psicológica, e por fim o personagem C, personificado sob duas crianças que ao ouvirem a sentença de regime fechado e fora do País são liberadas para fora da sala, e o Juiz apresenta a imagem de duas crianças acusadas e sentenciadas no período da ditadura militar no Brasil, seguido de uma breve explanação sobre casos da comissão da verdade envolvendo crianças e adolescentes que foram julgados pelo DOPS. A partir disto, a oficina se encerra com uma breve conclusão acerca dos aspectos éticos sociais da vida em sociedade elaborando um exercício de compreensão da realidade social unívoca.

Palavras-chave: Tribunal. Estranhamento. Imaginário. Julgamento

Categoria: Ensino

Área de Conhecimento: Humanas

Formato: Comunicação Oral

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim. Email: maikon_bueno@yahoo.com.br bolsista residência pedagógica Filosofia e Sociologia financiada pela CAPES.